



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Recenseamento dos Imóveis da Administração Pública 2006

Instrumento de Notação registado no INE sob o nº 2042, válido até 31/12/2007.

POR FAVOR, LEIA ATENTAMENTE AS
INSTRUÇÕES, ANTES DE PREENCHER O
QUESTIONÁRIO.

Agradecemos o preenchimento deste questionário em webinq.ine.pt no prazo de 30 dias a contar da data de recepção da carta por nós enviada.

Serviço / Entidade

Designação

Ministério

NPC

Nº de Imóveis

Lista de Imóveis

Código de Imóvel

Identificação

ACRESCENTAR IMÓVEL

ACRESCENTAR IMÓVEL

ELIMINAR ESTE IMÓVEL

Código do Imóvel

1. Localização e Registo

1.1 Identificação

Morada

Código Postal -

Distrito / Concelho

Freguesia

Telefone

Fax

1.2 Inscrição matricial

Artigo

1.3 Registo Predial

Descrição

2. Descrição da Actividade Principal

3. Situação do Imóvel

3.1. Identificação da entidade que ocupa o imóvel

4. Pessoal que trabalha regularmente nas instalações identificadas
(a resposta às questões 4.1. e 4.2 deve reportar-se a 31/12/2005)

4.1 Número total de pessoas
(incluir pessoal ao serviço e prestadores de serviço)

4.2 Grupos de Pessoal

4.2.1 Nº de pessoas ao serviço

4.2.2 Do qual: em serviço externo

TOTAL

Dirigente

Técnico superior

Técnico

Técnico-profissional

Administrativo

Auxiliar

Operário

5. Propriedade das instalações

Próprias

Arrendadas

Afectas

5.1 Próprias

Ano de aquisição ou cedência definitiva

Valor do Imóvel € 0,00

Ano a que se refere

Tipo de Valor

Contabilístico
Construção
Patrimonial (IMI)
Aquisição ou cedência

5.2 Arrendadas

Ano de celebração do contrato

Renda mensal actual

€ 0,00

5.2.1 Identificação do Senhorio

Nome

NIF

Morada

Código Postal -

Distrito / Concelho

Freguesia



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Recenseamento dos Imóveis da Administração Pública 2006

ACRESCENTAR IMÓVEL

ELIMINAR ESTE IMÓVEL

5.3 Afectas (cedência precária)

Ano da cedência

Tipo de cedência

Gratuita

Onerosa

Renda mensal actual

€

0,00

5.3.1 Identificação da Entidade cedente

Nome

NIF

Morada

Código Postal

Distrito / Concelho

Freguesia

6. Tipo de Instalações ocupadas

Agrupamento imobiliário

Edifício completo

Parte de edifício - pisos completos

Parte de edifício -fracções autónomas

Parte de edifício - outras situações

- Edifícios

- Total pisos

- Total pisos ocupados

- Fracções ocupadas

- Ocupadas

nº

nº

nº

nº

nº

- Abaixo solo

- Abaixo solo

nº

nº

7. Descrição do imóvel

8. Estado de conservação das instalações

Mau

Regular

Bom

9. Dimensão dos espaços ocupados

Total

Abaixo do solo

9.1 Área Bruta de Construção

m²

m²

9.2 Áreas funcionais ocupadas (reportar a 31/03/2006)

Área útil total
(m²)

Área útil abaixo do solo
(m²)

Nº Pessoas

TOTAL

9.2.1 Espaços Gerais

Portarias

Salas de Espera

Gabinetes (Chefias)

Gabinetes Técnicos

Gabinetes de informática

Gabinetes Administrativos

Gabinetes para Reuniões

Gabinetes para Formação

Auditório e espaços de apoio

Centro de Documentação

Arquivo

Arrecadações / Armazéns

Cozinhas, Cantinas e Bares

9.2.2 Espaços mais específicos

Salas de Audiências

Laboratórios

Consultas Clínicas

Blocos Operatórios

Enfermarias / Internamento

Rouparias

9.2.3 Outros espaços (especifique)

ACRESCENTAR IMÓVEL

ELIMINAR ESTE IMÓVEL

10. Estacionamentos

10.1 Próprios / Cedidos

Cobertos nº

De superfície nº

10.2 Arrendados

Cobertos nº

De superfície nº

11. Logradouro

m²

Observações

8. Estado de conservação das instalações	O estado de conservação de um imóvel dependerá do seu grau de degradação envolvendo não só o espaço construído ¹ como as instalações especiais ² .
Bom	O estado de conservação "Bom" significa que o edifício é capaz de satisfazer as necessidades básicas dos seus utilizadores e permitir o correcto desempenho das actividades para as quais foi programado, não havendo necessidade de qualquer tipo de operação de reabilitação.
Regular	O estado de conservação "Regular" compreende pequenas reparações de carácter pontual que se enquadram no espírito da manutenção do edifício, envolvendo sobretudo os elementos secundários ¹ do mesmo. Inserem-se neste grupo, entre outros, trabalhos de pintura, substituição de pavimentos, reparação de rebocos, reparação pontual de materiais danificados, limpeza e beneficiação de redes de drenagem.
Mau	O estado de conservação "Mau" aplica-se a edifícios obsoletos, que necessitam de uma intervenção profunda ao nível dos seus elementos primários ¹ , envolvendo o reforço de alguns elementos estruturais, a introdução de novas instalações especiais, e, na maioria dos casos, com a consequente aplicação de algumas alterações espaciais.
<p>¹ – O espaço construído é formalizado pelos elementos construtivos que definem física e espacialmente o edifício e que se dividem em elementos primários – "tosco" do edifício (i.e., estrutura, paredes, pavimentos, escadas, coberturas e espaços especiais como marquises e varandas) e elementos secundários relativos aos materiais de acabamentos. No seu conjunto estes elementos materializam espacialmente o edifício através da articulação das células ou compartimentos.</p> <p>² – As instalações especiais correspondem aos mecanismos que asseguram o abastecimento de água, a drenagem dos esgotos domésticos e pluviais, a iluminação artificial, o abastecimento de gás, a regulação da temperatura, a ventilação e a circulação mecânica de pessoas e bens.</p>	
9. Dimensão dos espaços ocupados	Quando não disponíveis, as áreas devem ser obtidas através de medições expeditas, sem casas decimais.
9.1 Área bruta de construção	Área bruta de construção é o valor numérico expresso em metros quadrados (m ²), resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, incluindo comunicações verticais (nomeadamente escadas, rampas e caixas de elevadores) alpendres, varandas e terraços privativos, e excluindo os espaços livres de uso público cobertos pelas edificações, zonas de sótãos sem pé-direito regulamentar, terraços descobertos, estacionamento e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios (adaptação - DL 310/2003, de 10 de Dezembro).
9.2 Áreas funcionais ocupadas	São espaços destinados a um determinado uso, directamente associado à actividade principal desenvolvida no local, a 31 de Março de 2006.
	Este grupo de questões não se aplica no caso de "Imóvel devoluto".
9.2.1 Espaços gerais e	Na impossibilidade de se individualizar a totalidade dos espaços necessários ao exercício das funções do Estado cobertas pela RM n.º 1/2006, foram criados dois campos que abarcam, por um lado a generalidade das actividades correntes - espaços gerais -, por outro, um leque significativo de actividades mais especializadas - espaços mais específicos - como são o caso dos tribunais, laboratórios e hospitais.
9.2.2 Espaços mais específicos	
9.2.3 Outros espaços	
	Este quesito cobre a generalidade dos espaços não identificados individualmente, e nele deve ser considerado o somatório de todas as áreas, bem como do pessoal instalado em espaços funcionais não individualizados nos campos 9.2.1 e 9.2.2.
Área útil	Área útil é o valor numérico expresso em metros quadrados (m ²), resultante da soma das áreas de todos os compartimentos, incluindo vestíbulos e circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, outros compartimentos de função similar e armários nas paredes. Mede-se pelo perímetro interior das paredes que delimitam o espaço, descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas (adaptação - DL 650/75, de 18 de Novembro; alínea b) n.º 2 do art.º 67º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas).
N.º de Pessoas	O n.º de pessoas deve também reportar-se à data de 31 de Março de 2006. Incluir o pessoal ao serviço e os prestadores de serviço, assim como todas as outras pessoas que trabalhem regularmente nas instalações.
10. Estacionamentos	Devem ser considerados os lugares de estacionamento associados ao imóvel (ou arrendados ou cedidos noutra imóvel próximo), bem como os espaços reservados em vias ou parques públicos.
11. Logradouro	Logradouro é a área de terreno livre de um lote, ou parcela adjacente à construção nele implantado e que, funcionalmente, se encontra conexo com ele, servindo de jardim, quintal ou pátio.

Definições e Instruções de Preenchimento

Nota introdutória:

Pretende-se com este questionário proceder ao recenseamento dos imóveis (edificado) património do Estado ou privativo dos serviços e fundos autónomos, assim como dos imóveis utilizados em regime de arrendamento, onde se encontrem instalados serviços e organismos públicos que não se enquadrem no sector empresarial.

A operação censitária **não abrange**:

- a) Imóveis do domínio público militar, estabelecimentos prisionais e imóveis afectos ao sistema de informações ou a forças de segurança, bem como todos aqueles que, em especial, se encontrem sujeitos a regras de controlo e confidencialidade; e
- b) Estabelecimentos de ensino.

A informação a recolher abrange as características dos imóveis, tipo de utilização e forma de ocupação das instalações.

A cada entidade são solicitados dados relativos aos imóveis que estão dependentes do mesmo NPC (Número de Pessoa Colectiva), fornecendo informação sobre as instalações destinadas a desenvolver a sua actividade.

Em função do tipo de instalações ocupadas deve ser preenchido **um questionário por cada imóvel**, mesmo os que se encontrem devolutos, quer se trate de um agrupamento imobiliário, edifício completo, partes de edifício ou outras situações (**ver pontos 5. e 6. das Notas** sobre alguns campos de resposta).

Quando exista partilha de instalações, deve ser preenchido **um questionário por cada uma das entidades ocupantes**, relativo ao espaço efectivamente ocupado.

No caso das instalações terem contratos de arrendamento celebrados em anos diferentes, deverão ser preenchidos questionários diferentes.

Nota prévia:

O preenchimento do quadro Serviço / Entidade é **OBRIGATÓRIO**.

A partir da lista de imóveis, pode aceder à informação existente para correcção, assim como remover ou acrescentar imóveis.

Depois de concluir o preenchimento para todos os imóveis, basta escolher a opção "Responder" para validar e guardar a informação.

Notas sobre alguns campos de resposta	
1. Localização e Registo	Preencher uma ficha por cada imóvel, incluindo os que se encontrem devolutos ou arrendados/cedidos a terceiros.
1.1 Identificação	Inscriva o nome pelo qual é habitualmente identificada a instalação ou a entidade que nela está instalada. Indique a morada completa, confirme o Distrito e o Concelho e indique a Freguesia.
1.2 Inscrição matricial	Caso o imóvel possua inscrição matricial indique o número do artigo pelo qual se encontra inscrito.
1.3 Registo predial	Caso o imóvel possua registo predial indique o número do registo atribuído pela Conservatória do Registo Predial. Esta descrição pode assumir duas formas, por exemplo: <i>nº 489409/120874</i> , para registos recentes, ou <i>nº 54 do livro B, folha C</i> , no caso de registos mais antigos. Não é obrigatória a descrição do registo predial quando a aquisição do imóvel for recente.
2. Descrição da actividade principal	<p>Descreva a actividade principal desenvolvida no imóvel, indicando os serviços que presta.</p> <p>Entende-se por actividade principal a actividade que representa a maior importância no conjunto das actividades exercidas por uma unidade de observação estatística. O critério adequado para a sua aferição é o representado pelo valor acrescentado bruto ao custo dos factores. Na impossibilidade da sua determinação por este critério, considera-se como principal a que representa o maior volume de negócios ou, em alternativa, a que ocupa, com carácter de permanência, o maior número de pessoas ao serviço.</p>
3. Situação do imóvel	<p>Ocupado pela própria entidade indica que o imóvel está a ser ocupado pela entidade respondente.</p> <p>Devoluto indica que o imóvel não está ocupado, por alguma razão objectiva.</p> <p>Arrendado/cedido a terceiros indica que o imóvel está arrendado ou cedido a uma outra entidade (pública ou privada).</p>
3.1 Identificação da entidade que ocupa o imóvel.	Este campo é preenchido se a instalação estiver a ser ocupada por terceiros (imóvel arrendado/cedido) com a informação disponível referente àquela entidade.

4. Pessoal que trabalha regularmente nas instalações	<p>Indique o número de pessoas que trabalha com carácter regular no imóvel, reportado a 31/12/2005.</p> <p>Pessoal ao serviço:</p> <p>a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração;</p> <p>b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros activos de cooperativas);</p> <p>c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta directamente remunerados</p> <p>d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho.</p> <p><u>Não são consideradas</u> como pessoal ao serviço as pessoas que:</p> <p>i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês;</p> <p>ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas directamente remunerados;</p> <p>iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários);</p> <p>iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").</p> <p><u>Prestadores de serviços</u> pessoas em regime de prestação de serviços (trabalhadores independentes) que exercem na empresa/estabelecimento ou entidade a sua actividade com subordinação hierárquica e que têm um período de trabalho semanal e um horário perfeitamente definidos.</p>
4.1 N.º total de pessoas	<p>Incluir o pessoal ao serviço e os prestadores de serviço - alínea iv) -, assim como todas as outras pessoas que trabalhem regularmente nas instalações - alínea iii).</p>
4.2.1 N.º de pessoas ao serviço	<p>Indicar o número total de pessoas ao serviço, por grupos de pessoal, conforme dispõe o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.</p>
4.2.2 Do qual: em serviço externo	<p>Indicar o número total de pessoas em serviço externo, ou cuja actividade não exija a existência de um "posto de trabalho" permanente no local de trabalho (p.ex. brigadas de fiscalização, motoristas).</p>
5. Propriedade das instalações	
5.1 Próprias	<p>Preenchem este campo as entidades que ocupem instalações registadas em seu nome, ou que não se encontrando ainda registadas em seu nome, tenham por si sido adquiridas por compra, doação, dação em pagamento, direito de superfície ou cedência a título definitivo.</p>
Ano de aquisição ou cedência definitiva	<p>Registe a data em que ocorreu o facto aquisitivo da propriedade.</p>
Valor do imóvel	<p>A resposta deve reportar-se ao valor mais recente de que se dispõe. O valor indicado <u>deve conter</u> casas decimais (cêntimos).</p>
Ano a que se refere	<p>Indique o ano a que reporta o valor do imóvel.</p>
Tipo de valor	<p>Indique o tipo de valor ao qual se reporta o valor do imóvel.</p>

5.2 Arrendadas	<p>Este campo é preenchido se a instalação estiver a ser ocupada pela entidade, ao abrigo de contrato de arrendamento.</p> <p><u>Cada contrato de arrendamento em vigor deve originar o preenchimento de uma ficha de imóvel.</u></p>
Renda mensal actual	O valor indicado <u>deve conter</u> casas decimais (cêntimos).
5.2.1 Identificação do Senhorio	A informação deverá ser completa, e obtida directamente dos recibos de renda ou de qualquer outro documento idóneo (p.ex. contrato).
5.3 Afectas (cedência precária)	Preenchem este campo as entidades que ocupem instalações cuja utilização lhe tenha sido concedida pelo Estado ou por qualquer outra entidade pública ou particular, formalizada ou a formalizar por "auto de cessão precária", "protocolo" ou "contrato de comodato".
5.3.1 Identificação da entidade cedente	A informação deverá ser completa, e obtida directamente de documento idóneo (p.ex. elementos negociais - situações não formalizadas -, auto, protocolo ou contrato)
6.Tipo de instalações ocupadas	<p>Agrupamento imobiliário é um conjunto de construções autónomas implantadas em logradouro comum, vedado ou não, entre as quais está determinada e se desenvolve uma dada ligação funcional (p. ex. Hospitais, Laboratórios / Centros de Investigação, Parques de Máquinas, etc.).</p> <p>Edifício é a construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura.</p> <p>Pisos - andares ou pavimentos sobrepostos de uma edificação com excepção dos sótãos e caves sem frentes livres.</p> <p>Os pisos abaixo do solo correspondem aos andares ou pavimentos de uma edificação situados em cave sem frentes livres.</p> <p>Fracção é todo o espaço independente, distinto e isolado, com saída própria para uma parte comum do prédio ou para a via pública (adaptação da definição constante do artº 1415º do Código Civil).</p>
Edifício completo	neste caso só deve ser indicado o número de pisos ocupados, e só deve ser preenchido se as instalações ocuparem a totalidade do edifício.
Parte de edifício - pisos completos	caso o serviço <u>não ocupe a totalidade</u> do edifício e a instalação ocupe <u>apenas e só</u> pisos completos.
Parte de Edifício - fracções	deve ser indicado o n.º de fracções do edifício ocupado pelos serviços, e só deve ser preenchido caso o edifício não seja ocupado na totalidade pelo serviço e a instalação não ocupe apenas e só pisos completos.
Parte de Edifício - Outras situações	salas, corpos laterais ou corpos destacados de um edifício com desenvolvimento em altura, que permitam o funcionamento autónomo dos Serviços. Este campo só deve ser preenchido quando as instalações não ocupem apenas pisos completos ou fracções autónomas.
7.Descrição do imóvel	<p>Descrição sucinta das características arquitectónicas do imóvel em que se integram as instalações ocupadas, pela indicação do "tipo" do imóvel (p.ex. palacete, edifício com desenvolvimento em altura - prédio -, moradia), ano ou época de construção (p.ex. séc XIX, "década" do séc XX), ocorrência de adaptações construtivas e funcionais (p.ex. transformação de edifícios de habitação para escritórios ou outras funções).</p>